

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

DESPACHO 009/S/2017

1 – No âmbito das competências que me estão cometidas pelo Artº 13º do Decreto-Lei nº 281/2007, de 7 de Agosto são atribuídas as seguintes competências à Directora do Centro Humanitário do Litoral Oeste Norte da Cruz Vermelha Portuguesa:

- a) Propor e difundir as suas actividades bem como os Princípios e Ideais da Cruz Vermelha.
- b) Implementar e gerir o Centro, assegurando a concretização das respectivas actividades.
- c) Assegurar a organização e o funcionamento do Centro e dos respectivos serviços.
- d) Propor o quadro de pessoal e suas alterações, assegurando a gestão corrente dos Recursos humanos, cumprindo as directrizes emanadas superiormente.
- e) Promover e assegurar o cumprimento dos estatutos, normas internas em vigor e legislação que lhe seja, em especial, aplicável.
- f) Providenciar na obtenção de recursos.
- g) Representar o Centro junto das entidades locais, em tudo o que lhe ao mesmo disser directamente respeito.
- h) Elaborar e apresentar para aprovação da Direcção Nacional, orçamentos, balanços, balancetes, relatórios e contas de gerência.
- i) Elaborar relatórios de actividades e submetê-los à Direcção Nacional.
- j) Assinar a correspondência de mero expediente relacionada com o bom funcionamento do centro.
- k) Proceder à gestão económico financeira das acções do Centro no âmbito do respectivo orçamento, devidamente aprovado pela direcção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa.

- l) Autorizar despesas com aquisição ou aluguer de bens e serviços e outorgar os respectivos contratos para as actividades aprovadas até ao valor de 5.000,00 Euros por acto.
- m) Autorizar o processamento das remunerações, desde que aprovados pela Direcção Nacional.
- n) Abrir, movimentar e cancelar contas de depósitos à ordem, nomeadamente, depositando, levantando valores, emitindo cheques e realizando transferências bancárias, em função das actividades e projectos aprovados, depois de obtida a autorização da Direcção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa. As contas, só poderão ser movimentadas mediante duas assinaturas, sendo uma e obrigatória a da Directora do Centro.
- o) Assinar ordens de pagamento, no âmbito do orçamento aprovado pela Direcção Nacional.
- p) Receber e endossar cheques, a emissão de cheques só deve ser utilizada em situações excepcionais.
- q) Endossar e cobrar vales de correio.
- r) Propor à Direcção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa, o abate de bens ou valores imobilizados.
- s) Aprovar o plano anual de férias e as respectivas alterações.
- t) Autorizar as dispensas e justificar as faltas do pessoal.
- u) Autorizar deslocações e participações em reuniões e eventos com interesse para a actividade do Centro, no país.
- v) Propor à Direcção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa, a abertura de inquéritos e processos disciplinares sempre que haja suspeita de infracção.
- w) Requerer aos serviços competentes da Sede Nacional o abate de imobilizado, exceptuando imóveis, emitindo para o efeito o respectivo auto de abate que deverá ser enviado aos mesmos serviços.

2 -

- a) As competências atribuídas ao director só podem ser subdelegadas no subdirector, (se este vier a ser nomeado), com a autorização da Direcção Nacional ou do Presidente Nacional.

- b) A realização de qualquer despesa e a prática de qualquer acto no âmbito das competências delegadas pressupõem:
- 1 - O respeito pelas normas legais e regulamentares em vigor.
 - 2 - A existência de verba disponível.
 - 3 - O enquadramento aprovado pela Direcção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa.
 - 4 - O cumprimento das orientações dadas pela Direcção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa ou pelo Presidente Nacional no âmbito dos poderes que lhe estão conferidos.
- c) É expressamente vedada a aquisição de bens supérfluos, viaturas ou bens imobiliários bem como a contratação de pessoal ou prática de qualquer acto não previsto nesta Delegação de Competências ou em Delegação expressamente concedida para o efeito pretendido.

3 -A Directora do Centro Humanitário, é responsável pelos actos e / ou omissões que lhes sejam imputáveis pelas funções e competências que lhes estejam delegadas e assumem as obrigações e deveres plasmados nos estatutos e demais Regulamentos vigentes na Instituição.

Em tudo o demais vigorarão os Estatutos e Normativos internos vigentes a cada instante na Cruz Vermelha Portuguesa a que se submeterão todos os órgãos e colaboradores em exercício de funções no mesmo Centro.

Lisboa, 15 de Dezembro de 2017.



Francisco George
Presidente Nacional da Cruz Vermelha